

Representante do Ministério da Saúde na comissão de avaliação e acompanhamento do contrato-programa entre o Ministério da Saúde e a LIPOR, 1994;

Adjunto do delegado regional de Saúde do Norte, na Sub-Região de Saúde de Viana do Castelo, de Setembro de 1994 até Maio de 1996 e de Abril de 2001 até à data;

Coordenador da Sub-Região de Saúde de Viana do Castelo, de 1 de Junho de 1996 até 30 de Maio de 2000;

Coordenador do Serviço de Saúde Pública do Alto Minho, desde Junho de 2000 até à data.

4 — Participação em grupos de trabalho:

No que foi nomeado pelos Ministros da Saúde, da Justiça e da Administração Interna de que resultou a publicação do Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de Dezembro;

No que preparou a implementação dos sistemas locais de saúde e dos centros de saúde, previstos nos Decretos-Leis n.ºs 156/99, de 10 de Maio, e 157/99, de 10 de Maio, nomeado pelo Secretário de Estado da Saúde;

No que preparou a proposta de reorganização dos serviços de saúde pública de que resultou o Decreto-Lei n.º 286/99, de 27 de Julho, nomeado pela Direcção-Geral da Saúde.

5 — Participação em acções de formação:

Participou como formador em iniciativas da Sub-Região de Saúde, da Escola Superior de Enfermagem de Viana do Castelo, da Direcção de Serviços de Saúde de Macau, do Instituto de Clínica Geral da Zona Norte, do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, da Escola Superior de Tecnologias da Saúde do Porto, da Direcção-Geral da Saúde, da Faculdade de Medicina da Universidade do Minho e em cursos de pós-graduação em Gestão dos Serviços de Saúde no ISMAI (Maia), na Universidade Moderna (Porto), na Universidade Lusíada (Porto) e no Instituto Piaget (Vila Nova de Gaia); Actualmente é o responsável pela disciplina de Administração em Saúde do mestrado em Saúde Pública do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar e da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.

6 — Outras funções:

Foi vice-presidente da direcção da Associação Nacional dos Médicos de Saúde Pública de 1990 a 1992 e presidente daquela direcção de 1992 a 1994;

É membro da direcção do Colégio da Especialidade de Saúde Pública, da Ordem dos Médicos, desde 2000 até à presente data, tendo sido presidente do Colégio no ano 2000-2001.

virtude da recuperação de vencimentos de exercício por motivo de doença;

- g) Autorizar a prestação de trabalho extraordinário, nocturno e em dias de descanso semanal, complementar e feriados e a respectiva despesa;
- h) Autorizar deslocações em serviço em território nacional ou ao estrangeiro do pessoal do Gabinete, bem como a emissão de requisições de transportes, incluindo por via aérea, ou a utilização de veículo próprio, correspondentes despesas, ajudas de custo e abonos;
- i) Autorizar, quer em território nacional quer no estrangeiro, a inscrição e participação do pessoal do Gabinete em acções de formação ou similares, bem como em congressos, seminários ou outros eventos de natureza idêntica;
- j) Autorizar o pessoal do Gabinete a conduzir viaturas do Estado afectas ao Gabinete;
- l) Autorizar a equiparação à escala indiciária da função pública, para efeitos de atribuição de ajudas de custo e despesas de transporte, por parte de não funcionários ou agentes, aquando de deslocações em serviço;
- m) Autorizar a realização de despesas de representação no âmbito do Gabinete;
- n) Autorizar o processamento de despesas cujas facturas, por motivo justificado, dêem entrada nos serviços para além do prazo regulamentar;
- o) Aprovar os planos e autorizar a acumulação de férias ao pessoal do Gabinete e ao que lhe está afecto;
- p) Autorizar a requisição de passaporte especial a favor de individualidades que tenham de se deslocar ao estrangeiro por conta do Gabinete, nos termos do Decreto-Lei n.º 83/2000, de 11 de Maio.

2 — Delego, ainda, no Dr. João Labescat competências genéricas para despachar assuntos de gestão corrente do meu Gabinete, bem como as especialmente atinentes a processos que nele tramitem e sobre os quais existam orientações prévias, designadamente respostas a requerimentos.

3 — A delegação prevista nos números anteriores inclui o poder de subdelegar, quando legalmente admissível, e compreende, nomeadamente, a competência para a prática de todos os actos decisórios de aprovação e realização das despesas previstas nos regimes jurídicos de aquisição ou locação de bens e serviços, até aos montantes referidos na alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

4 — Nas suas ausências e impedimentos, o chefe do Gabinete é substituído pelo adjunto Raul Maia Oliveira, nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho.

5 — O presente despacho reporta os seus efeitos à data de 14 de Março de 2005, considerando-se ratificados todos os actos praticados desde essa data pelo chefe do meu Gabinete.

13 de Maio de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, *José Manuel Santos de Magalhães*.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna

Despacho n.º 12 541/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, e considerando, ainda, o disposto nos n.ºs 3 e 8 do despacho n.º 26/MEAI, de 29 de Abril de 2005, delego no chefe do meu Gabinete, João Alfredo Massano Labescat da Silva, os poderes legalmente conferidos aos dirigentes titulares de cargos de direcção superior de 1.º grau, bem como a competência para a prática dos seguintes actos:

- a) Gerais, de gestão do pessoal afecto ao meu Gabinete, bem como de gestão do respectivo orçamento de funcionamento, incluindo autorizações para realização de despesas nele previstas e eventuais de representação;
- b) Autorizar, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 71/95, de 15 de Abril, eventuais alterações ao orçamento do Gabinete necessárias à respectiva execução e que não careçam de intervenção do Ministério das Finanças;
- c) Autorizar a constituição de fundos permanentes por conta do orçamento do Gabinete;
- d) Coordenar grupos de trabalho que funcionem no âmbito desta secretaria de Estado;
- e) Autorizar a celebração de contratos de tarefa, de avença e de prestação de serviços;
- f) Autorizar a atribuição dos abonos e regalias a que os funcionários ou agentes tenham direito, designadamente o gozo e a acumulação de férias, justificação de faltas e abono em

Despacho n.º 12 542/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e no uso da competência delegada pelo despacho n.º 10 494/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 91, de 11 de Maio de 2005, nomeio, por urgente conveniência de serviço, para exercer as funções de director-geral-adjunto do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), pelo período de três anos, o licenciado Francisco José Marques Alves, inspector superior da carreira de investigação e fiscalização do SEF, possuidor de competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício do cargo, como se evidencia pelo seu *curriculum vitae*, que se publica em anexo.

13 de Maio de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, *José Manuel Santos de Magalhães*.

Curriculum vitae de Francisco José Marques Alves

1 — Dados biográficos:

Nome: Francisco José Marques Alves;
Data de nascimento: 12 de Fevereiro de 1964;
Habilitações literárias: licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa — Menção de Jurídico-Políticas —, em 13 de Outubro de 1987.

2 — Experiência profissional:

Director regional de Lisboa, Vale do Tejo e Alentejo, sendo a sua categoria no quadro de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras a de inspector superior da carreira de investigação e fiscalização;
Director central de Fronteiras;

Coordenador do 4.º estágio probatório de ingresso na categoria de inspector-adjunto da carreira de investigação e fiscalização do SEF;

Assessor da direcção do SEF para questões de natureza operacional;

Chefe da Divisão de Investigação;

Monitor dos 2.º e 3.º estágios probatórios de ingresso na carreira de investigação e fiscalização do SEF (fase teórica) e orientador de estágio (fase prática);

Inspector de turno e Inspector da Unidade de Apoio no Aeroporto Internacional de Lisboa.

3 — Experiência internacional:

Representante do SEF no Grupo de Trabalho Migração — Admissão do Conselho da União Europeia;

Representante do SEF no Grupo de Trabalho Avaliação Schengen, do Conselho da União Europeia;

Chefe da delegação portuguesa no Grupo CIREFI, do Conselho da União Europeia;

Chefe da delegação portuguesa no Subgrupo Readmissões, criado no âmbito dos trabalhos relativos ao Acordo de Schengen e respectiva Convenção de Aplicação;

Delegado de Portugal e do SEF na EUROPOL, no domínio da imigração ilegal e da actividade das redes de imigração clandestina;

Delegado de Portugal no Subgrupo de Trabalho Fronteiras, criado no âmbito do Acordo de Schengen e respectiva Convenção de Aplicação;

Representante de Portugal na Comissão para os Controlos nas Fronteiras, criada no âmbito dos trabalhos respeitantes ao Acordo de Schengen e à respectiva Convenção de Aplicação.

4 — Outras actividades:

Orador, em representação do SEF, em diversos seminários, conferências e palestras sobre a temática da imigração.

5 — Informação adicional:

Foi-lhe concedida pelo Ministro do Interior do Reino de Espanha a Cruz al Mérito Policial com distintivo Blanco, em 22 de Setembro de 2003, distintivo comprovativo de ingresso na Ordem de Mérito Policial de pessoas externas ao Cuerpo Nacional de Policía cuja actuação tenha sido considerada prestigianante.

Direcção-Geral de Viação

Despacho n.º 12 543/2005 (2.ª série). — Foi publicitado na bolsa de emprego público e no *Diário de Notícias* de 26 de Novembro de 2004 o procedimento de selecção com vista ao provimento do cargo de director de serviços de Condutores da Direcção-Geral de Viação, cuja área de actuação se encontra definida no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 484/99, de 10 de Novembro (aprova a lei orgânica da Direcção-Geral de Viação).

Após apreciação curricular e realização de entrevista de selecção, verificou-se que a candidata Maria Margarida Vieira Pita de Olim, para além de possuir os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo, nos termos do n.º 1 do artigo 20.º, conjugado com o n.º 6 do artigo 35.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço, de acordo com os critérios definidos para o efeito e conforme *curriculum vitae* anexo.

Assim, ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, a Dr.ª Maria Margarida Vieira Pita de Olim, assessora principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Viação, para o cargo de director de serviços de Condutores deste organismo do Estado.

A nomeação produz efeitos a partir da data do presente despacho.

19 de Abril de 2005. — O Director-Geral, *António Nunes*.

Curriculum vitae

Nome — Maria Margarida Vieira Pita de Olim.

Master of Business Administration (mestrado em Ciências Empresariais, na variante de Gestão, Estratégia e Desenvolvimento Empresarial), Faculdade de Gestão de Empresas da Universidade de Macau e INDEG/ISCTE. Dissertação na área de Organizational Behaviour — 2000.

Licenciatura em Economia, ISCEF/Universidade Técnica de Lisboa — 1971.

Experiência profissional:

Na Direcção-Geral de Viação (DGV) (desde Agosto de 1996 e de Janeiro de 1973 a Fevereiro de 1985):

Actividades desenvolvidas:

Direcção, coordenação e controlo do Serviço de Condutores desde Setembro 2004;

Coordenação do grupo de trabalho para a reforma da DGV; coordenação da comissão técnica de acompanhamento da situação financeira da DGV; participação/gestão da mudança nos projectos de desenvolvimento de sistemas de informação: SIGI (gestão financeira, orçamental e contabilística) e SICC (condutores e cartas de condução); elaboração da classificação das funções do Estado da DGV; coordenação do projecto e organização de conteúdos para a página da DGV na Internet; gestão do correio electrónico; elaboração de planos e relatórios de actividade, 1996-2004;

Coordenação do projecto de implementação do sistema de emissão automática de livretes de veículos automóveis; planeamento e coordenação técnica da informatização dos serviços de homologação de marcas e modelos de veículos automóveis e tractores; coordenação de projectos de organização, estatística e informática; colaboração na elaboração do plano director do projecto de informatização (especificações do sistema, concurso público, apreciação das propostas e elaboração do relatório); coordenação da elaboração do Boletim Estatístico de Acidentes de Viação; estudos para adequação dos serviços a novos procedimentos, mecanização e automatização de circuitos relativa às atribuições da DGV e da DGTT; tratamento estatístico de acidentes de viação, veículos e condutores; projecções do parque automóvel; análise de resultados de campanhas de limitação de velocidade; aproveitamento estatístico do imposto sobre veículos (parque em circulação), 1973-1985;

Atribuições específicas — directora de serviços; grupo operacional do Núcleo para a Sociedade de Informação do MAI; grupo de trabalho nacional «Na cidade sem o meu carro»; Conselho Nacional da Qualidade — Comissão Sectorial para os Transportes (CS/12); grupo de trabalho sobre Estatísticas dos Transportes e Comunicações do Conselho Superior de Estatística; grupo de investigação «AP 2» — Métodos de previsão de taxas de motorização e de utilização do automóvel — Bureau du Comité de Direction pour la Recherche Routière-OCDE/Berlim; comissão consultiva de informática/transportes e comunicações; presidente da comissão de estatística, no âmbito da campanha «Circular é viver»; concelho piloto de trânsito/Oeiras; comissão consultiva de estatística/transportes e comunicações;

No Instituto Politécnico de Macau (IPM) (de Abril de 1992 a Agosto de 1996):

Actividades desenvolvidas — responsável executiva pela gestão administrativa, financeira, patrimonial e de pessoal; colaboração na elaboração dos Estatutos do Pessoal e do Regulamento do Pessoal Docente do IPM;

Atribuições específicas — secretária-geral, membro do conselho de gestão e do conselho técnico e científico; vogal do conselho fiscal do Instituto de Estudos Europeus de Macau; chefe do Serviço de Administração Geral e Financeira;

Na Direcção de Serviços de Estatística e Censos de Macau (de Julho 1988 a Março 1992):

Actividades desenvolvidas — elaboração das Estatísticas da Educação; gestão dos projectos «Infra-estruturas» e «Divulgação dos Censos 91», no âmbito do XIII Recenseamento da População e III Recenseamento da Habitação; planeamento e gestão do projecto do 1.º inquérito ao emprego nos agregados familiares de Macau;

Atribuições específicas — orientação de estágio de dois participantes no 5.º Programa de Estudos em Portugal; «Symposium 90 — Measurement and Improvement of Data Quality», Ottawa;

No Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA) (de Março de 1985 a Fevereiro de 1988):

Actividades desenvolvidas — coordenação do sector de informática e gestão de projectos nas áreas de produção estatística